JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.02.15 03:16:35 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 15 de fevereiro de 2023 • Nº 1502 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

TERROR EM BRASÍLIA

PF prende 6 e 'caça' mais 2 por atos golpistas

A Polícia Federal prendeu ontem seis bolsonaristas em ação contra financiadores e participantes dos atos golpistas de 8 de janeiro. Duas ainda são procuradas. A operação para cumprir os oito mandados de prisão preventiva e 13 mandados de busca e apreensão foi deflagrada nos estados de Goiás, Minas Gerais, Paraná, Sergipe e São Paulo. Os pedidos foram expedidos pelo STF (Supremo Tribunal Federal). As prisões ocorreram em Indaiatuba (SP), Inhumas (GO), Santo Antônio da Platina (PR) e nas cidades mineiras de Governador Valadares, Coronel Fabriciano e Uberlândia. Esta é a 6ª fase da Operação Lesa Pátria, deflagrada como parte da investigação que apura os responsáveis pelos atos em Brasília, quando bolsonaristas invadiram e depredaram os prédios dos três Poderes. PÁGINA 3

HABITAÇÃO

Lula assina MP do novo Minha Casa, Minha Vida

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou a Medida Provisória que cria o novo Minha Casa, Minha Vida. A meta, segundo o ministro das Cidades, Jader Filho é gerar um milhão de empregos diretos e indiretos. O programa foi lançado ontem em evento na cidade de Santo Amaro (80 km de Salvador), onde o presidente inaugurou dois residenciais que estavam com obras paralisadas desde 2016. Lula anunciou como meta a contratação de dois milhões de imóveis no Minha Casa, Minha Vida até o final de seu governo, em 2026, e disse que o relançamento do programa fará com que "a roda-gigante do país" comece a girar. "A roda gigante desse país começa a girar a partir de hoje. Eu vim entregar a chave de uma casa de uma mulher que quase não consegue pegar a chave de tanta emoção porque a casa dela era mobiliada. Eu vim aqui começar a provar que é possível a gente reconstruir um outro país", afirmou. Nesta terça-feira, o presidente fez uma entrega simultânea de 2.745 unidades habitacionais nos estados da Bahia, Goiás, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco e Paraná em um investimento de R$ 206,9 milhões. Em Santo Amaro, foram 684 entregues unidades em dois conjuntos habitacionais. O Minha Casa, Minha Vida foi substituído em 2020, no governo de Jair Bolsonaro (PL), pelo Casa Verde e Amarela, que não decolou. O programa sofreu reduções expressivas de verba ano a ano e tirou de seu foco a faixa 1, voltada às famílias mais pobres.

BC

Imprensa 'chapa branca' alivia e passa pano para Campos Neto

JOSÉ CRUZ/ABRASIL

Integrantes do governo de Lula se irritaram com a declaração dada na segunda-feira pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto (**foto**), contra mudanças na meta de inflação. Ministros tanto do Planalto como da equipe econômica afirmam que Neto teria defendido, em conversas reservadas, a mudança na meta de 2023. Na entrevista ao Roda Viva na segunda-feira, no entanto, ele fez declarações no sentido contrário. Os membros do governo avaliam que a alteração de postura e o fato de não reconhecer que teria mudado de opinião representam uma quebra de confiança. O economista André Roncaglia afirmou que o programa Roda Viva, não fez perguntas duras a Campos Neto."Levantaram a bola para ele cortar e, nas poucas vezes em que houve questionamento mais incisivo, a âncora interveio para redirecionar a palavra. PÁGINA 2

MONTADORA

Volks vai suspender produção no Brasil

Volkswagen vai conceder férias coletivas e suspender a produção de forma temporária em 3 de suas 4 fábricas no Brasil. O motivo da parada é a falta de componentes para produção de automóveis. As unidades de São Bernardo do Campo (ABC), São José dos Pinhais (PR) e São Carlos (SP) vão parar de funcionar por dez dias a partir da próxima semana. Apenas a fábrica de Taubaté (SP) continuará produzindo normalmente durante o mês de fevereiro. A montadora concederá férias coletivas entre os dias 20 de fevereiro e 3 de março. PÁGINA 2

IMPOSTO DE RENDA

Receita amplia prazo para entrega do IR até 31 de maio

PÁGINA 2

RIO

FERNANDO FRAZÃO/ABRASIL

Justiça Eleitoral torna Crivella réu por corrupção e caixa 2

A Justiça Eleitoral aceitou denúncia do Ministério Público Eleitoral (MPE) do RJ e tornou réu o ex-prefeito e atual deputado federal (Republicanos) Marcelo Crivella (**foto**) pela acusação de falsidade ideológica eleitoral, ou prática de caixa 2, além de crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa. A decisão se estende a 25 pessoas envolvidas no caso - chamado de QG da Propina - porque, segundo investigação, as negociações de cobranças financeiras, em troca de serviços na prefeitura, eram feitas dentro de instalações municipais. PÁGINA 4

INDICADORES

IBOVESPA: -0,91% / 107.848,81 / -987,66 / Volume: R$ 24.007.748.675 / Negócios: 3.729.553

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
CARREFOUR BRON NM	14.45	+2.92	+0.41
BRASIL ON NM	41.55	+2.34	+0.95
SABESP ON NM	54.50	+1.87	+1.00
TIM ON NM	11.71	+1.56	+0.18
EMBRAER ON NM	16.24	+1.50	+0.24

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
RAIZEN PN N2	2.980	–7.45	–0.240
MELIUZ ON NM	0.870	–7.45	–0.070
CVC BRASIL ON NM	3.47	–6.72	–0.25
BRF SA ON NM	6.46	–6.51	–0.45
YDUQS PART ON NM	8.03	–6.41	–0.55

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
BRASIL ON NM	41.55	+2.34	+0.95
VALE ON NM'	87.10	+0.45	+0.39
PETROBRAS PN N2	26.70	–0.37	–0.10
ITAUUNIBANCOPN N1	26.38	–1.24	–0.33
BRADESCO PN N1	13.24	+0.91	+0.12

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	34.089,27	-0,46
NASDAQ Composite	11.960,145	+0,57
Euro STOXX 50	4.250,85	+0,17
CAC 40	7.213,81	+0,07
FTSE 100	7.953,85	+0,08
DAX 30	15.380,56	-0,11

Salário mínimo	R$ 1.302,00	**IGP-M**	0,21% (jan.)	**EURO turismo**	
Ufir	R$ 3,7053	**IPCA**	0,55% (jan.)	Compra: 5,6352	Venda: 5,8152
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(01/02)	13,75%	0,51	até o dia 14/fev.	Compra: 5,1501	Venda: 5,1507
Poupança 3		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
15/2)	0,58%	BM&F/grama	R$ 304,80	Compra: 5,1968	Venda: 5,1974
TR (prefixada)		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(jan./23)	0,0830%	Compra: 5,5804	Venda: 5,5810	Compra: 5,2196	Venda: 5,3996

Economia

MERCADOS

Dólar sobe a R$ 5,19; Bolsa cai 0,91% após iniciar o dia em alta

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

As discussões sobre uma eventual mudança da meta de inflação pressionaram o mercado financeiro ontem. O dólar, que tinha começado o dia em queda, subiu e voltou a aproximar-se de R$ 5,20. A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) caiu quase 1%, após começar a sessão em alta.

O dólar comercial encerrou ontem vendido a R$ 5,198, com alta de R$ 0,022 (+0,42%). A cotação chegou a cair para R$ 5,13 pouco antes das 11h, mas reverteu o movimento e subiu nas horas seguintes, reagindo à possibilidade de elevação da meta de inflação para 2023. Na máxima do dia, por volta das 14h50, chegou a R$ 5,22.

A moeda norte-americana acumula alta de 2,38% em fevereiro. Em 2023, a divisa cai 1,55%.

No mercado de ações, o dia também foi tenso. O Índice Bovespa, fechou aos 107.849 pontos, com queda de 0,91%. O recuo só não foi maior porque as ações do Banco do Brasil subiram 2,34%, após a instituição divulgar lucro recorde de R$ 31,8 bilhões no ano passado.

IMPOSTO DE RENDA

Receita muda para de entrega da declaração

A Receita Federal alterou o prazo de entrega da declaração do Imposto de Renda 2023. A partir deste ano, os contribuintes terão prazo maior, de 15 de março a 31 de maio. Em geral, a entrega do imposto começava no primeiro útil do mês de março e seguia até o final de abril.

Segundo o fisco, a alteração tem como objetivo permitir que, desde o início do prazo de entrega, todos os contribuintes já possam ter acesso à da declaração pré-preenchida do IR.

Como a maioria das informações sobre a renda do contribuinte só chega à Receita no final do fevereiro, prazo que as empresas têm para entregar as declarações de pessoas jurídicas, o prazo maior fará com que a campanha do Imposto de Renda já comece com todas as funcionalidades oferecidas a todos os contribuintes. Em 2022, a liberação foi em partes.

"A (declaração) pré-preenchida proporciona menos erros e maior comodidade ao contribuinte", diz o auditor fiscal José Carlos Fernandes da Fonseca, supervisor nacional do IR.

As regras de preenchimento do documento serão anunciadas pela Receita no final deste mês. No entanto, elas não devem ser muito diferentes das do ano passado, pois estão atreladas à legislação própria do sobre o tema.

Embora o Congresso deva debater em breve uma proposta de reforma tributária que inclua o Imposto de Renda, as mudanças não devem valer para a declaração deste ano, que tem como base o ano de 2022.

TABELA

A tabela de descontos do não foi atualizada pelo governo no ano passado. Com isso, deverão ser obrigados a declarar o IR em 2023 os contribuintes que receberam rendimentos tributáveis acima de R$ 28.559,70 em 2022, o que inclui salário e aposentadoria, por exemplo.

MONTADORA

Volks vai suspender produção em fábricas

Volkswagen vai conceder férias coletivas e suspender a produção de forma temporária em 3 de suas 4 fábricas no Brasil. O motivo da parada é a falta de componentes para produção de automóveis. As unidades de São Bernardo do Campo (ABC), São José dos Pinhais (PR) e São Carlos (SP) vão parar de funcionar por dez dias a partir da próxima semana. Apenas a fábrica de Taubaté (SP) continuará produzindo normalmente durante o mês de fevereiro.

A montadora concederá férias coletivas entre os dias 20 de fevereiro e 3 de março. As datas variam conforme a unidade. Na fábrica Anchieta, em São Bernardo do Campo, e na de São José dos Pinhais, a paralisação da produção será de 22 de fevereiro a 3 de março. Em São Carlos, de 20 de fevereiro a a 1 de março.

O intervalo na produção já estava planejado desde o ano passado no ABC e faz parte da estratégia da Volkswagen de flexibilizar os processos produtivos devido à escassez de peças que vem afetando o setor automotivo nos últimos anos. No ABC, segundo a montadora, 3.062 funcionários da produção estarão em férias. Os demais trabalham normalmente. Atualmente, há 8.000 profissionais na unidade Anchieta, de acordo com dados do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Wellington Messias Damasceno, diretor administrativo do sindicato, diz que, mesmo com a parada já programada, a situação não é bem-vinda. "A gente torcia o tempo todo que não fosse necessário. Por mais programada que possa ser, não é uma parada bem-vinda."

Em 2022, um dos instrumentos utilizados pela indústria automotiva para lidar com a falta de semicondutores foi o lay-off, suspensão temporária dos contratos de trabalho.

BC

Imprensa chapa branca passa pano para Campos Neto

Integrantes do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) se irritaram com a declaração dada na segunda-feira passada pelo presidente do BC (Banco Central), Roberto Campos Neto, contra mudanças na meta de inflação. Apesar disso, avaliaram positivamente os acenos feitos ao governo.

Ministros tanto do Palácio do Planalto como da equipe econômica afirmam que Neto teria defendido, em conversas reservadas, a mudança na meta de 2023 de 3,25% para 3,5%. Na entrevista ao Roda Viva na segunda-feira, no entanto, ele fez declarações no sentido contrário.

Os membros do governo avaliam que a alteração de postura e o fato de não reconhecer que teria mudado de opinião representam uma quebra de confiança que dificulta a melhora no diálogo entre o Executivo e a autoridade monetária.

O economista André Roncaglia afirmou que o programa Roda Viva, da TV Cultura, não fez perguntas duras ao presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto. Nas redes sociais, ele afirmou que Campos Neto não foi questionado sobre suas relações com André Esteves, dono do BTG Pactual e sobre os recursos que mantém em paraísos fiscais. Ele disse ainda que Campos Neto sinalizou muito nervosismo na entrevista. "Como esperado, RCN vomitou tudo na primeira resposta para registrar burocraticamente que deu satisfação (pouco contestada) à sociedade sobre seus atos antirrepublicanos. Não perguntaram sobre André Esteves, dinheiro em paraíso fiscal, nem pressionaram sobre sua postura política."

"Levantaram a bola para ele cortar e, nas poucas vezes em que houve questionamento mais incisivo, a âncora interveio para redirecionar a palavra. Uma rápida menção ao desemprego "baixo" de 8,5% com relação ao pré-pandemia. Acredito que não mudou as percepções de muita gente".

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), elogiou os acenos de Campos Neto a Lula. Pacheco reafirmou que a autonomia do BC é questão superada no Congresso, e disse que aplaude a postura de Campos Neto de buscar o diálogo com o governo federal. O presidente Lula já defendeu publicamente mudanças sobre o tema. O presidente acredita que a meta de 3,25%, com margem de tolerância de 1,5 ponto para cima ou para baixo, obriga o BC a implementar um arrocho econômico por meio da elevação dos juros em um momento em que o Brasil precisa crescer.

Campos Neto foi questionado durante a entrevista sobre notícias publicadas nos últimos dias pela imprensa de que teria sido a favor do aumento da meta em uma conversa com Lula. "A única mensagem que passei (para o governo) é que a forma de vender qualquer tipo de aprimoramento (no sistema de metas) é falar de aprimoramento total e, nesse aprimoramento, existem várias variáveis. Em nenhum momento a gente defendeu simplesmente aumentar a meta no sentido de ganhar flexibilidade, mesmo porque não é nossa crença", respondeu.

Ele afirmou que há uma divisão entre economistas "que acreditam no sistema de metas" sobre como tratar o tema neste momento. Segundo Neto, há um grupo que entende que a meta deste ano é muito baixa mesmo e que, como ficou difícil de atingi-la, a mudança se faz necessária.

O presidente do BC disse que essa avaliação leva em consideração o fato de a meta ter sido estabelecida em outro cenário econômico e que houve uma mudança, entre outros motivos, pela inflação basal dos Estados Unidos e porque havia uma expectativa de que a pandemia da Covid-19 gerasse uma deflação.

Sindicatos protestam contra Banco Central e pedem corte da taxa de juros

Sindicatos protestam ontem contra a atuação do BC (Banco Central) e cobram o corte da taxa básica de juros, a Selic. Há registros de manifestações em frente a prédios do BC em capitais como Rio de Janeiro e São Paulo.

Os atos foram convocados por sindicatos de bancários em meio à sequência de críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao patamar dos juros no país.

Na visão das entidades, a queda da Selic é necessária para estimular a atividade econômica e a geração de empregos. Manifestantes também pedem a saída do presidente do BC, Roberto Campos Neto.

Parte das imagens de divulgação dos atos desta terça, compartilhadas nas redes sociais, carrega os dizeres "Fora Campos Neto".

A Selic está em 13,75% ao ano. Com o temor de que os juros altos comprometam o crescimento da economia, Lula tem disparado críticas ao BC e defendido a mudança da meta de inflação do país.

TELE

Para bancos credores, nova recuperação da Oi é ilegal

Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Bradesco contestaram na Justiça a medida cautelar que protegeu a Oi contra resgates antecipados de sua dívida, obtida há duas semanas como um passo para pedido de nova recuperação judicial.

Eles alegam que a primeira recuperação judicial da companhia, encerrada em dezembro, não foi formalmente concluída, já que a sentença de encerramento ainda não transitou em julgado (etapa final do julgamento). Por isso, dizem, a empresa não teria direito a pedir novo socorro judicial.

Questionam ainda a possibilidade de concessão de sucessivos socorros judiciais a uma mesma empresa e pedem reconhecimento de incompetência da 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, que concedeu a proteção, para julgar as contestações.

Para Caixa e Banco do Brasil, nova recuperação permitiria que a empresa "prosseguisse impondo aos seus credores prejuízos atrás de prejuízos, calotes atrás de calotes, inclusive forçando a sua perpetuação no mercado de forma antinatural".

"O que impedirá a companhia de, daqui dois anos, requerer uma quarta recuperação judicial consecutiva — ao modo de aditamento ao plano, como feito no passado— e impor novos e cada vez mais graves prejuízos aos credores?", questionam.

"A recuperação judicial não é um ticket de loteria, que pode ser utilizado sucessivamente pelo empresário em crise, mas um remédio destinado àqueles que efetivamente possuem viabilidade econômica e competência suficiente para exploração da atividade econômica", afirma o Bradesco.

Em estratégia semelhante à adotada pela Americanas, a Oi alegou no pedido de proteção judicial que não tem condições de lidar com dívidas de quase R$ 30 bilhões e que vive "iminente risco de dano irreparável".

"Infelizmente, diversos fatores imprevisíveis, não controláveis, e a sua situação econômico-financeira atual tornaram imprescindível recorrer à proteção judicial para implementar nova etapa de sua reestruturação e garantir a preservação da empresa, enquanto grande geradora de empregos e renda", afirmou.

MERCADANTE

BNDES quer pagar menos dividendos, como demais bancos

O presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Aloizio Mercadante, defendeu ontem em reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), que a instituição pague menos dividendos à União, como os demais bancos públicos.

"Nós queremos isonomia no pagamento de dividendos do BNDES com o Banco do Brasil para que a gente, sem precisar de recursos do Tesouro (Nacional), tenha mais recursos próprios para aplicar. Há uma forte demanda de crédito, sobretudo de crédito mais barato para, por exemplo, micro e pequenas empresas, energia limpa e inovação tecnológica", afirmou.

Segundo o estatuto e as normas internas do BNDES, a política de dividendos prevê o pagamento de até 60% do lucro aos acionistas. O percentual, de acordo com Mercadante, deveria ser reduzido. Hoje, o Banco do Brasil paga 40% a seus acionistas –incluindo a União na condição de acionista majoritário.

"Historicamente, as empresas distribuem 25%, o BNDES pagava 25%. No período em que o BNDES tinha a TJLP [Taxa de Juros de Longo Prazo], recebia muitos subsídios, eles aumentaram para 60%. Só que hoje o BNDES não recebe mais subsídio do Tesouro, ao contrário, pagou R$ 678 bilhões desde 2015. Estamos acabando com esse ciclo. Estamos indo para uma relação de equilíbrio entre BNDES e o Tesouro", disse.

A TJLP foi substituída pela TLP (Taxa de Longo Prazo) como principal balizadora dos empréstimos do BNDES em contratos de financiamento firmados a partir de 1º de janeiro de 2018.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Manhã Tarde Noite 31º 21º 85% 05:53 18:45 **VERÃO:** Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

TERRORISMO

PF prende 6 e 'caça' mais 2 por ataques em Brasília

A Polícia Federal prendeu ontem seis bolsonaristas em ação contra financiadores e participantes dos atos golpistas de 8 de janeiro. Duas ainda são procuradas.

A operação para cumprir os oito mandados de prisão preventiva e 13 mandados de busca e apreensão foi deflagrada nos estados de Goiás, Minas Gerais, Paraná, Sergipe e São Paulo. Os pedidos foram expedidos pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

As prisões ocorreram em Indaiatuba (SP), Inhumas (GO), Santo Antônio da Platina (PR) e nas cidades mineiras de Governador Valadares, Coronel Fabriciano e Uberlândia.

Esta é a 6ª fase da Operação Lesa Pátria, deflagrada como parte da investigação que apura os responsáveis pelos atos em Brasília, quando bolsonaristas invadiram e depredaram os prédios dos três Poderes.

As pessoas envolvidas nos atos golpistas podem responder pelos seguintes crimes: abolição violenta do Estado democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, associação criminosa, incitação ao crime e destruição e deterioração ou inutilização de bem especialmente protegido.

A PF trabalha com quatro linhas de investigação. Além de financiadores e daqueles que participaram da depredação ao patrimônio pública, os investigadores buscam os autores intelectuais. Essa frente que pode alcançar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), alvo da apuração.

Uma outra linha de apuração é para identificar autoridades que se omitiram diante das ameaças de invasão às sedes do Executivo, Judiciário e Legislativo.

É nessa frente que são investigados Anderson Torres, ex-ministro da Justiça de Bolsonaro, e o governador afastado do DF Ibaneis Rocha (MDB), além dos ex-comandantes da Polícia Militar.

Ontem, a CPI dos Atos Antidemocráticos, em andamento na Câmara Legislativa do DF, aprovou a convocação de Torres, titular da Secretaria de Segurança Pública à época dos fatos, além da quebra de seus sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático.

A comissão aprovou ainda o interrogatório do ex-secretário executivo da pasta Fernando de Sousa Oliveira, o ex-comandante da Polícia Militar coronel Fábio Augusto Vieira e outros integrantes do governo local.

Foi aprovado requerimento para que seja também ouvido Antônio Cláudio Alves Ferreira, que apareceu em vídeo do sistema de segurança destruindo relógio histórico do Palácio do Planalto. Ferreira foi localizado e preso pela PF no dia 23 em Uberlândia (MG).

Apesar das investigações ainda em curso no âmbito da PF, a PGR (Procuradoria-Geral da República) já enviou uma série de denúncias ao Supremo Tribunal Federal.

Mais de 600 pedidos de abertura de ação penal foram formalizados nas últimas semanas, a maioria contra pessoas presas no acampamento montados por apoiadores de Bolsonaro em frente ao quartel-general do Exército em Brasília após o segundo turno das eleições.

No conjunto de denúncias da Procuradoria figuram 49 pessoas classificadas como "executores" e 602 incitadores dos atos, além de um agente público.

OS ALVOS

Na primeira fase da Operação Lesa Pátria, em 20 de janeiro, foram presos Ramiro dos Caminhoneiros, apontado como um dos principais nomes na organização de caravanas aos atos golpistas, e Renan da Silva Sena, ex-funcionário terceirizado do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Em 27 de janeiro, a PF prendeu Fátima do Tubarão, que viralizou em vídeo nas redes sociais dizendo que ia "pegar o Xandão".

Leonardo Rodrigues de Jesus, o Léo Índio, um sobrinho do ex-presidente Jair Bolsonaro, foi alvo de busca e apreensão. Ele não foi localizado.

Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal também foram presos pela operação. Um major aparece em um vídeo em que é flagrada a retirada dos batalhões de Choque da PM-DF, o que libera a passagem de bolsonaristas para a Praça dos Três Poderes.

OITO DE JANEIRO

PGR denuncia grupo de 137 bolsonaristas preso no Planalto

A PGR (Procuradoria-Geral da República) enviou ao STF (Supremo Tribunal Federal) ontem denúncias contra 139 pessoas por envolvimento nos atos golpistas de 8 de janeiro.

São 137 bolsonaristas presos em flagrante dentro do Palácio do Planalto, além de outras duas pessoas detidas na praça dos Três Poderes portando materiais como rojões, facas, cartuchos de gás lacrimogêneo e itens usados para produzir explosivos caseiros tipo coquetel molotov.

CAMPANHA

Fux envia à Justiça Eleitoral pedido da PF para investigar Bolsonaro

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Luiz Fux (**foto**) enviou para a Justiça Eleitoral, ontem, um pedido da Polícia Federal para ser instaurado inquérito contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por suspeita de uso indevido de crianças e adolescentes na sua campanha do ano passado.

Segundo esse pedido, que está em segredo de Justiça, esses menores de idade foram usados em situações que incitariam o uso de armas.

A solicitação de inquérito policial foi feita ao Supremo em 25 de novembro do ano passado, quando Bolsonaro ainda era presidente da República e tinha foro especial na corte.

Ele já havia sido derrotado na sua tentativa de reeleição para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Na decisão desta terça, Fux afirma que, considerando o fim do mandato presidencial de Bolsonaro, o caso não é mais de responsabilidade do STF.

"Promovo o declínio da competência desta corte e determino de remessa dos presentes autos à Justiça Eleitoral do Distrito Federal, por ser a autoridade judiciária em tese competente para o prosseguimento do feito", afirmou o ministro.

O pedido ainda será analisado pela Justiça Eleitoral.

Desde o último dia 10, ministros do Supremo começaram a encaminhar pedidos de investigação de Bolsonaro às primeiras instâncias das Justiças Federal e do Distrito Federal, sob o argumento de perda de foro especial.

ABRASIL

Foram os primeiros pedidos de investigação contra Bolsonaro que o Supremo mandou para a primeira instância. A maioria das solicitações trata de falas feitas pelo então presidente antes e durante as comemorações do 7 de Setembro de 2021.

À época, Bolsonaro fez ameaças golpistas contra o Supremo, exortou desobediência a decisões da Justiça e disse que só sairia morto da Presidência da República.

Naqueles casos, os pedidos foram apresentados ao Supremo por parlamentares como o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e a deputada Sâmia Bomfim (PSOL-SP) e por entidades como a AJD (Associação de Juízes para a Democracia).

Oito pedidos foram enviados pela ministra Cármen Lúcia para a Justiça Federal do Distrito Federal. Já os ministros Luiz Fux e Edson Fachin encaminharam ao TJ-DFT (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios) queixas-crime apresentadas contra Bolsonaro por situações não relacionadas à eleição.

FOZ DO IGUAÇU

Juiz obriga União a pagar pensão a filhos de petista morto por bolsonarista

Decisão da Justiça Federal do Paraná obriga a União a pagar pensão alimentícia aos três filhos menores de idade de Marcelo Arruda, o guarda municipal e militante petista morto a tiros pelo policial penal bolsonarista Jorge Guaranho em julho de 2022, em Foz do Iguaçu.

Atendendo a um pedido da família de Marcelo, o juiz federal substituto Diego Viegas Veras, da 2ª Vara Federal de Foz do Iguaçu, determinou que a União pague o valor de R$ 1.312,16 para cada um dos três filhos menores de idade, R$ 3.936,49 no total.

A decisão foi assinada no domingo passado. A reportagem entrou em contato com a AGU (Advocacia-Geral da União), que ainda não se pronunciou a respeito.

Em sua decisão, o juiz aponta que o STF (Supremo Tribunal Federal) tem reconhecido a responsabilidade do Estado em casos assim. "Curvo-me ao entendimento da Suprema Corte para entender que há responsabilidade omissiva do Estado quanto aos atos praticados pelo seu servidor, ainda que fora de serviço, uma vez que utilizada a arma pertencente ao referente ente público."

Guaranho é servidor público federal, ligado ao Depen (Departamento Penitenciário Nacional), e a arma utilizada para atirar contra Marcelo fazia parte do arsenal da União. Por ser agente penitenciário federal, ele possuía porte de arma, independentemente de estar em serviço.

O valor da pensão alimentícia definido pelo juiz levou em conta os vencimentos líquidos de Marcelo em julho do ano passado (R$ 8.735,65), descontando a quantia de R$ 4.799,16, referente a uma pensão por morte que já está sendo paga aos dependentes reconhecidos pela lei previdenciária municipal. Marcelo era servidor público de Foz do Iguaçu.

Guaranho está preso e é réu sob acusação de homicídio duplamente qualificado.

Na noite de 9 de julho do ano passado, o policial penal invadiu a festa de aniversário de Marcelo, que comemorava 50 anos de idade com temática do PT, e atirou contra o guarda municipal. O petista, já ferido no chão, também baleou o bolsonarista, que ficou internado em um hospital antes de ser transferido para a prisão.

EDUCAÇÃO

MP abre inquérito para investigar convênio da Prefeitura com Liceu

O Ministério Público de São Paulo instaurou inquérito civil para apurar a "constitucionalidade e legalidade" do convênio feito pela gestão Ricardo Nunes (MDB) com o colégio Liceu Coração de Jesus.

O prefeito decidiu que faria o convênio com a escola particular após os padres, que administram a unidade, anunciarem o fim das atividades escolares devido à insegurança no seu entorno, no centro de São Paulo, agravada com a dispersão da cracolândia.

O inquérito foi instaurado pelo promotor Silvio Antonio Marques, da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público. Ele deu um prazo de 20 dias para que a SME (Secretaria Municipal de Educação) apresente uma série de informações sobre o contrato firmado com o Liceu.

Procurada, a Prefeitura de São Paulo não havia respondido até a publicação deste texto.

Conforme mostrou a Folha de S.Paulo, a assinatura do convênio com o Liceu foi publicada no Diário Oficial em 31 de dezembro e prevê o pagamento mensal de R$ 527 mil para a oferta de 500 vagas de educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano). As crianças já foram selecionadas e já estão tendo aulas na unidade.

Ainda que o formato do convênio com uma entidade privada para a oferta de vagas de ensino fundamental seja uma novidade na cidade, a prefeitura não fez nenhuma consulta pública ou ao Legislativo sobre o tema.

A proposta também vai ao encontro de uma política defendida pelo prefeito, a gestão terceirizada das escolas. O modelo, no entanto, sofre resistência e é questionado por professores e especialistas da área.

Desde que o convênio foi anunciado por Nunes, especialistas apontam que a medida pode ser considerada inconstitucional. Isso porque o parágrafo 1º do artigo 213 da Constituição diz que os recursos públicos só podem ser destinados a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas "quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública".

Também diz que o poder público é "obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede". Esse entendimento é reforçado pela lei do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), que impede o uso de repasse dos recursos federais para escolas conveniadas no ensino fundamental.

A denúncia foi encaminhada ao Ministério Público pelos vereadores Toninho Vespoli e Celso Giannazi, ambos do PSOL, que pediram a anulação do convênio.

Na instauração do inquérito, o promotor destacou os argumentos de que o contrato com o Liceu foi firmado sem discussão com a sociedade e sem aprovação do Legislativo e que pode haver "desvio de finalidade da verba pública", uma vez que "não há informações que comprovem falta de vagas na rede pública na região em que o colégio está localizado".

Por isso, solicitou que a Prefeitura de São Paulo informe também se faltam ou não faltam vagas na região central da cidade.

Desde que anunciou a parceria, a prefeitura tem dito que não há nenhum impedimento para o convênio com o Liceu. Em entrevista à Folha de S.Paulo, Bruno Lopes Correia, secretário-adjunto de Educação, afirmou que o município está "completamente seguro" de que não há ilegalidade alguma no modelo.

SOROCABA

Mulher morre após ser levada por correnteza

O corpo de uma mulher, que havia caído em uma correnteza, foi localizado na tarde de ontem em Salto de Pirapora (124 km de São Paulo) após fortes chuvas no fim de semana. Os temporais de domingo passado e segunda-feira causaram pontos de alagamento e inundação em ao menos 18 bairros de Sorocaba, no interior de São Paulo. A barragem de uma represa se rompeu em Itu (101 km de São Paulo) diante do volume de chuvas.

Cleidilene Nunes de Souza, 40, havia desaparecido no domingo. Ela foi vista pela última vez quando estava na beira do córrego do Ourives, no Jardim Paulistano. Segundo os bombeiros, a vítima tentou passar por uma enxurrada, se desequilibrou e foi levada pela correnteza, que estava muito forte.

De acordo com a Defesa Civil de Salto de Pirapora, em uma hora e meia choveu 105 milímetros na cidade. O número é 12 vezes maior do que a chuva esperada para o dia todo, que era de oito milímetros. Houve alagamentos de ruas e inundações em alguns pontos do município. Seis casas foram invadidas pela água, mas ninguém ficou desabrigado ou desalojado.

Em Sorocaba, segundo a Defesa Civil, uma casa foi interditada no Jardim Itanguá, na zona oeste. A família precisou ser removida. Houve queda de muros e de árvores. Em um período de seis horas, choveu 100 milímetros no município. Assim, o acumulado do ano chegou a 984 milímetros, o que significa o maior volume de chuva dos últimos dez anos. Segundo a prefeitura, no mesmo período do ano passado foram 588 milímetros. Na manhã desta terça, ainda havia pontos de alagamento no Jardim Abaeté e Vitória Régia, bairros da zona norte da cidade. Segundo o Saae (Serviço Autônomo de Água e Esgoto), o nível do rio Sorocaba chegou a 2,1 metros acima do normal na noite de domingo. Outro bairro afetado pelas fortes chuvas foi o Jardim Faculdade, na região central. Segundo moradores, eles sofrem prejuízos com enchentes há 40 anos.

CLARIENS EDUCAÇÃO S.A.
CNPJ/ME Nº 48.199.560/0001-43 - NIRE 35.3.0060203-0
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas: Ficam os acionistas da Clariens Educação S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ sob o nº48.199.560/0001-43 ("Companhia") convocados a participar da **Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas** a realizar-se no dia **27 de fevereiro de 2023**, às 9:30h, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, 11º andar, conj. 111, Edifício Park Tower, Jardim Panorama do Oeste, CEP 05676-120, para tratar dos seguintes assuntos: **(A)** aumento do capital social da Companhia no valor de R$146.400.000,00; **(B)** definição do preço de emissão das novas ações a serem emitidas em virtude do aumento do capital social da Companhia; e **(C)** reforma do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento do capital social da Companhia e emissão das novas ações. Nos termos do disposto no parágrafo único do Artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, os acionistas poderão participar por teleconferência ou vídeo conferência. As informações de conexão para participação de maneira virtual por meio da plataforma Zoom seguem abaixo: Join Teams https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_MjUwNmJmZjYtZDYwOS00ZmE3LThhYzQtOTRlY2RiYjI2NzM2%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%225708277 9-a712-4c74-839d-20adacb7c368%22%2c%22Oid%22%3a%2263fdc01a-a050-4d9a-a83b-79f37a8b1b38%22%7d - Meeting ID: 261 052 938 75 - Passcode: GBwfWj. Os acionistas poderão ser representados por mandatários, nomeados nos termos do parágrafo 1º do artigo 126 da Lei das Sociedades Anônimas, devendo o respectivo instrumento de mandato ser depositado na sede da Companhia com 3 (três) dias de antecedência à data da Assembleia Geral Extraordinária. O material de apoio é circulado nesta mesma data para todos os acionistas juntamente com este Edital de Convocação. São Paulo/SP, 10 de fevereiro de 2023. **Oscar Pekka Fahlgren.**

VERÃO: Sol com nuvens de manhã. Pancadas de chuva à tarde e à noite. Manhã Tarde Noite 36º 21º 85% 05:42 18:33

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE
GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2023

O Pregoeiro Pedro Paulo Gonçalves Baptista Alves Nunes convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 16/2023 no dia 02/03/2023 às 14h00min. - Objeto: Aquisição de Radioisótopos para realização de exames de cintilografia (RADIOFARMACO - REAGENTE, 99MTC - DMSA, ACIDO DIMERCAPTOSUCCINICO 1MG, RADIOFARMACO - REAGENTE, 99MTC - DTPA, ACIDO DIETILENOTRIAMINOPENTACETICO 10MG, SNCL2.2H2O, 1 MG, RADIOFARMACO - REAGENTE, 99MTC - FITATO, FITATO DE SODIO 20MG, SNCL2.2H2O, 1 MG, e etc). Processo nº. 33409.011207/2021-17. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

OMNI TAXI AÉREO S.A.
CNPJ/ME n° 03.670.763/0001-38 - NIRE 33.3.0029911-4

Ata de AGE: I. Data, horário e local: 25/01/23, às 10:00, horário de Brasília, na sede da **OMNI Taxi Aéreo S.A.**, no RJ/RJ, na Av. Ayrton Senna, nº 2541, Rua F1, Lote 40 e Hangares 35 e 42, Aeroporto de Jacarepaguá, Barra da Tijuca, CEP: 22.775-002 (**"Cia."**). **II. Presença: a) OMNI Helicopters International, S.A.**, sociedade constituída sob as leis de Portugal, com sede na Av. Dom João II, Lt. 1.12.02, Edifício Adamastor, Torre B - 9°Andar, 1990-077, Lisboa, em Portugal, titular do número de contribuinte fiscal português 509.771.831, registrada na Junta Comercial de Lisboa sob o mesmo número, CNPJ/ME nº 13.594.093/0001-71 ("OHI"), neste ato representada por seu procurador, **Roberto Márcio Coimbra**, brasileiro, casado, aeronauta, portador da Cédula de Identidade (RG) n° 10580763-0- IFP/RJ e CPF/ME nº 790.225.617-04, residente e domiciliado no RJ/RJ, com escritório localizado na Av. Ayrton Senna, nº 2541, Rua F 1, Lote 40 e Hangares 35 e 42, Aeroporto de Jacarepaguá - Barra da Tijuca, CEP 22775-002; e **b) OTA Hold Brasil Participações Ltda.**, sociedade Ltda. com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Boa Vista, 254, 16° andar, sala 1609, Centro, CEP 01014-000, CNPJ/ME nº 14.010.608/0001-01, com seu Contrato Social devidamente arquivado na JUCESP, sob NIRE 35.225.626.798, neste ato representada por seu administrador, Sr. **Roberto Márcio Coimbra**, acima qualificado (**"OTA Hold Brasil"**). **III. Convocação:** Dispensada em face da presença de acionistas da Cia. representando a totalidade do capital social, nos termos do Art. 124, §4º, da Lei das S.A. **IV. Mesa:** Presidente: Sr. Roberto Márcio Coimbra; Secretária: Janaína da Silva Loureiro. **V. Ordem do dia:** Deliberar sobre a emissão pela Cia. de Notas Comerciais escriturais, objeto de colocação privada, a serem subscritas e integralizadas pelo Banco Votorantim S.A., no valor total de R$ 18.000.000,00 ("Notas Comerciais"). Serão emitidas 18.000 Notas Comerciais, com Valor Nominal Unitário de R$ 1.000,00 cada e vencimento em até 32 meses, contados da data da respectiva emissão. **VI. Deliberações:** Os sócios aprovaram, por unanimidade, a emissão pela Cia. de Notas Comerciais escriturais, objeto de colocação privada, a serem subscritas e integralizadas pelo Banco Votorantim S.A., no valor total de R$ 18.000.000,00 ("Notas Comerciais"). Serão emitidas 18.000 Notas Comerciais, com Valor Nominal Unitário de R$ 1.000,00 cada e vencimento em até 32 meses, contados da data da respectiva emissão. Ficam os membros da Diretoria e demais representantes da Cia. responsáveis por negociar os demais termos e condições para emissão das Notas Comerciais. **VII. Encerramento da Assembleia. Lavratura e leitura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata, a qual, após reabertura da sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e por todos os presentes assinada. **VIII. Mesa:** Presidente: Roberto Márcio Coimbra, acima qualificado; Secretária: Janaína da Silva Loureiro. Acionistas presentes: a) OMNI Helicopters International, S.A. (por Roberto Márcio Coimbra -procurador) e b) OTA Hold Brasil Participações Ltda. (por Roberto Márcio Coimbra - administrador). RJ, 25/01/23. Presidente - Roberto Márcio Coimbra; Secretária - Janaína da Silva Loureiro.

CHIMARRÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME 32.398.119/0001-50 - NIRE 333.0032928-5
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: DATA, HORA E LOCAL: Em 17/01/2023, às 10h, na sede da Chimarrão Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), na Av. Presidente Wilson, 231, salas 1703-parte e 1704-parte, Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, CEP 20030-021, RJ/RJ. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada, tendo em vista a participação dos acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, por meio de videoconferência. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente, Sr. Daniel Agustín Bilat, e secretário, Sr. Juan-Gabriel Lopez Moreno. **ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre a renúncia e eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia. **DELIBERAÇÕES**: Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, os acionistas da Companhia aprovaram: **(i)** a renúncia, ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, pelo Sr. **Daniel Agustín Bilat**, brasileiro, divorciado, industrial, portador da carteira de identidade n.º 31.038.159-5, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 058.033.087-73, com endereço comercial na Av. Presidente Wilson n.º 231, sala 1701–parte, Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, CEP 20.030-021; e **(ii)** em substituição, a eleição do Sr. **Carlos Eduardo Assumpção Olesko**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da carteira de identidade n.º 077751-1, expedida pelo CREA/SC, inscrito no CPF/MF sob o n.º 024.186.359-70, residente e domiciliado na Cidade e Estado do RJ, com endereço comercial na Av. Presidente Wilson n.º 231, sala 1701 (parte), na Cidade e Estado do RJ, com mandato unificado com aos demais conselheiros da Companhia conforme respectivos termos de renúncia e posse que integram esta ata como Anexo I-A e I-B; **(iii)** a renúncia, ao cargo de membro suplente do Conselheiro Sr. **Carlos Eduardo Assumpção Olesko**, pelo Sr. **Leandro da Silva Reis**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade n° 1506621, expedida pelo SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o n.º 803.722.601-87, do Conselho de Administração da Companhia, pelo Sr., com endereço comercial na Av. Presidente Wilson n.º 231, sala 1701–parte, Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, CEP 20.030-021; e **(iv)** em substituição, a eleição do Sr. **Daniel Agustín Bilat**, brasileiro, divorciado, industrial, portador da carteira de identidade n.º 31.038.159-5, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 058.033.087-73, com endereço comercial na Av. Presidente Wilson n.º 231, sala 1701–parte, Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, CEP 20.030-021, com mandato unificado com aos demais suplente do Conselho de Administração da Companhia conforme respectivos termos de renúncia e posse que integram esta ata como Anexo I-C e I-D; Fica a Diretoria da Companhia autorizada a realizar todos os atos necessários para formalizar as deliberações acima. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. RJ, 17/01/2023. **MESA:** Daniel Agustín Bilat - Presidente; Juan-Gabriel Lopez Moreno - Secretário. **Visto do Advogado:** Bruna Lage Richter - OAB-RJ n.º 158.899. Jucerja nº 5316637 em 13/02/2023.

MANTIQUEIRA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME 24.176.892/0001-44 - NIRE 33.3.0031913-1
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: DATA, HORA E LOCAL: Em 17/01/2023, às 10h, na sede da Mantiqueira Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), na Av. Presidente Wilson, 231, salas 1703-parte e 1704-parte, Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, CEP 20030-021, RJ/RJ. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada, tendo em vista a participação dos acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, por meio de videoconferência. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente, Sr. Daniel Agustín Bilat, e secretário, Sr. Juan-Gabriel Lopez Moreno. **ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre a renúncia e eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia. **DELIBERAÇÕES**: Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, os acionistas da Companhia aprovaram: **(i)** a renúncia, ao cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, pelo Sr. **Daniel Agustín Bilat**, brasileiro, divorciado, industrial, portador da carteira de identidade n.º 31.038.159-5, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 058.033.087-73, com endereço comercial na Av. Presidente Wilson n.º 231, sala 1701–parte, Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, CEP 20.030-021; e **(ii)** em substituição, a eleição do Sr. **Carlos Eduardo Assumpção Olesko**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da carteira de identidade n.º 077751-1, expedida pelo CREA/SC, inscrito no CPF/MF sob o n.º 024.186.359-70, residente e domiciliado na Cidade e Estado do RJ, com endereço comercial na Av. Presidente Wilson n.º 231, sala 1701 (parte), na Cidade e Estado do RJ, com mandato unificado com aos demais conselheiros da Companhia conforme respectivos termos de renúncia e posse que integram esta ata como Anexo I-A e I-B; **(iii)** a renúncia, ao cargo de membro suplente do Conselheiro Sr. **Carlos Eduardo Assumpção Olesko**, pelo Sr. **Leandro da Silva Reis**, brasileiro, casado, administrador, portador da carteira de identidade n° 1506621, expedida pelo SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o n.º 803.722.601-87, do Conselho de Administração da Companhia, pelo Sr., com endereço comercial na Av. Presidente Wilson n.º 231, sala 1701–parte, Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, CEP 20.030-021; e **(iv)** em substituição, a eleição do Sr. **Daniel Agustín Bilat**, brasileiro, divorciado, industrial, portador da carteira de identidade n.º 31.038.159-5, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 058.033.087-73, com endereço comercial na Av. Presidente Wilson n.º 231, sala 1701–parte, Edifício Austregésilo de Athayde, Centro, CEP 20.030-021, com mandato unificado com aos demais suplente do Conselho de Administração da Companhia conforme respectivos termos de renúncia e posse que integram esta ata como Anexo I-C e I-D; Fica a Diretoria da Companhia autorizada a realizar todos os atos necessários para formalizar as deliberações acima. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. RJ, 17/01/2023. **MESA:** Daniel Agustín Bilat - Presidente; Juan-Gabriel Lopez Moreno - Secretário. **Visto do Advogado:** Bruna Lage Richter - OAB-RJ n.º 158.899. Jucerja nº 5316402 em 13/02/2023.

ONU

Terremoto na Turquia e na Síria afetou mais de 7 milhões de crianças

Mais de 7 milhões de crianças foram afetadas pelo terremoto de magnitude 7,8 que atingiu a Turquia e a Síria na semana passada, afirmou o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) ontem. Destas, 4,6 milhões estariam em território turco, e 2,5 milhões, em terras sírias, detalhou James Elder, porta-voz da entidade.

Não se sabe quantas delas morreram -a única cifra disponível até agora é o total de óbitos decorrentes do sismo em cada um dos países, que ultrapassam 37 mil quando somados. Na Turquia, esse número foi de 31.974; o tremor que detém o recorde histórico da história do país, ocorrido em 1939, deixou 33 mil mortos. Na Síria, mais de 5.814 pessoas morreram, segundo dados divulgados pelo regime do ditador Bashar al-Assad e da ONU.

Diretor da OMS (Organização Mundial da Saúde) para a Europa, Hans Kluge afirmou que a catástrofe não só representa "o pior desastre natural" da região em um século, como se está longe de compreender totalmente sua amplitude a essa altura.

"Seu verdadeiro custo ainda é desconhecido, e a recuperação e a cura tomarão muito tempo e esforço", afirmou ele, que supervisiona uma área que abarca 53 países -incluindo a Turquia e alguns países da Ásia Central.

O cálculo trágico inclui as crianças. Muitas daquelas que sobreviveram, acampadas junto às suas famílias em abrigos improvisados erguidos em estacionamentos e beiras de estrada, sofrem com o frio, a fome e a sede. "Todos os dias somos informados sobre um número cada vez maior de crianças com hipotermia e infecções respiratórias", disse Elder, do Unicef.

Outras tantas, retiradas dos escombros sozinhas, tiveram que ser encaminhadas aos hospitais sem qualquer responsável. Segundo o vice-presidente da Turquia, Fuat Oktay, trata-se do caso de 574 crianças hoje, das quais apenas 76 foram depois entregues a parentes.

Um grupo de cerca de 200 voluntários, entre psicólogos, advogados e médicos, montou centros de coordenação nas dez províncias turcas atingidas pelo sismo para identificar jovens desacompanhados e reuni-los a suas famílias.

Hatice Goz é uma dessas voluntárias, atuando na província de Hatay, no sul, uma das mais atingidas pelos tremores. Ela conta que recebe milhares de ligações de famílias que perderam sua prole, e é responsável por compilar informações que elas lhe dão sobre idade, características físicas e origem de seus filhos, sobrinhos, netos perdidos. Equipes especializadas então comparam esses dados com aqueles dos registros hospitalares para encaminhar as crianças aos seus parentes.

Goz alerta, porém, para o fato de que essa operação se torna praticamente impossível se a criança em questão ainda não fala.

Organizações também se esforçam para oferecer apoio psicossocial para ambas as crianças afetadas e seus pais. Especialista em proteção de direitos infantis, Esin Koman afirma à mesma agência que as crianças tendem a se adaptar mais rápido a situações de catástrofe como a vista agora do que os adultos. Mas ressalta que, mesmo assim, políticas públicas com esse objetivo precisam ser elaboradas com urgência.

Sueda Deveci, psicólogo da filial turca da ONG Doctors Worldwide, corrobora a visão de Koman, contando que muitas das crianças não demonstram ter consciência da existência do terremoto. Ele trabalha em vez disso com seus pais, muitos dos quais, traumatizados, afirmam não saber como lidar com os filhos nesse contexto.

É o caso de Serkan Tatoglu, que salvou os quatro filhos do tremor -de 6, 11, 14 e 15 anos-, mas diz não conseguir explicar a dimensão do que houve a eles. "Perdi dez membros da minha família. Meus filhos não sabem, mas a mais nova está traumatizada com os tremores secundários do terremoto. Ela fica me perguntando: 'papai, vamos morrer?'", conta ele, que se mudou com a prole e a esposa para uma barraca em um estádio em Kahramanmaras, perto do epicentro do sismo.

A situação se agrava na vizinha Síria, onde aqueles nascidos após o início da guerra civil, quase 12 anos atrás, tiveram suas breves experiências de vida marcadas por conflitos e mudanças constantes de endereço. "Algumas crianças foram deslocadas seis ou sete vezes", ressalta Elder, do Unicef.

Kluge, da OMS, lembrou em seu pronunciamento que cerca de 26 milhões de pessoas precisam de assistência humanitária em ambos os países.

ISOLAMENTO

Iraniano vai à China em busca de laços em meio a sanções

O Irã e a China reforçaram seus laços ontem, em visita do presidente iraniano, Ebrahim Raisi, a Pequim, onde se encontrou com o líder chinês, Xi Jinping, em meio a um contexto de isolamento do país persa no Oriente Médio e tentativas, até aqui pouco frutíferas, de retomada do acordo nuclear iraniano.

Xi manifestou apoio ao retorno dos diálogos e disse que a China continuará a "trabalhar construtivamente" para a retomada do pacto, do qual os EUA saíram em 2018, sob Donald Trump. Assim, em 2020, o Irã deixou de cumprir as determinações do trato assinado em 2015 por Washington, Teerã e Pequim, além de França, Alemanha, Reino Unido e Rússia, o que gerou o aumento das sanções pela Casa Branca.

A visita da delegação persa à China contou com a alta cúpula do regime, incluindo ministros da Economia, da Mineração e da Agricultura, além do principal negociador do acordo nuclear no país, Ali Bagheri Kani.

"Não importa como as situações internacional e regional evoluam, a China inabalavelmente continuará a desenvolver a cooperação amigável com o Irã, a promover o crescimento estável da parceria estratégica entre os países e a desempenhar um papel positivo para a paz mundial", afirmou Xi sobre o encontro.

Do lado iraniano, Raisi publicou um artigo no Diário do Povo, principal jornal do Partido Comunista, em que chama a China de "velha amiga" e fala em elos reforçados a despeito de eventuais mudanças geopolíticas.

Em janeiro, os dois países anunciaram a implementação de um pacto estratégico de 25 anos em encontro dos dois chanceleres em Teerã, em fortalecimento também da oposição chinesa às sanções americanas.

Há algumas referências implícitas nas falas semelhantes dos dois líderes. Do ponto de vista internacional, o Irã é alvo de punições cada vez mais numerosas dos EUA desde a saída de Washington do trato, sob o argumento de que Teerã vende drones à Rússia e a sombra da repressão aos protestos contra o regime.

O Irã ainda lida com os efeitos dos atos, que começaram após a morte da curda Mahsa Amini, 22, em setembro, e têm diminuído após dura repressão, com execuções de prisioneiros. Embora exitosa em conter as manifestações, a estratégia contribuiu para o aumento de sanções e críticas externas ao regime.

TPSA DO BRASIL LTDA.
NIRE: 33.2.0762289-0 | CNPJ: 02.628.984/0001-85
ATA DE RESOLUÇÃO DOS SÓCIOS

Nos termos do artigo 1.072, § 3º da Lei nº 10.406/02 ("Código Civil Brasileiro"), a totalidade dos sócios decidiu, por unanimidade: **(i)** aprovar a redução do Capital Social da Sociedade, nos termos do artigo 1.082, II do Código Civil Brasileiro, no montante total de **R$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais)**, com a consequente diminuição proporcional do valor nominal das quotas de R$ 0,01 (um centavo de real) para R$ 0,008 (zero vírgula zero, zero, oito centavos de real), passando o Capital Social de R$ 2.562.861,30 (dois milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, oitocentos e sessenta e um reais e trinta centavos) para R$ 2.132.861,30 (dois milhões, cento e trinta e dois mil, oitocentos e sessenta e um reais e trinta centavos), dividido em 256.286.130 (duzentos e cinquenta e seis milhões, duzentas e oitenta e seis mil, cento e trinta) quotas com valor nominal de R$ 0,008 (zero vírgula zero, zero, oito centavos de real) cada uma, devendo ser observadas as regras previstas nos parágrafos do artigo 1.084 do Código Civil Brasileiro e, por consequência, o prazo previsto para eventual oposição pelos credores da Sociedade; **(ii)** consignar que a redução de capital ora aprovada será realizada mediante a: **(a)** restituição à sócia ALCOBAÇA do valor de R$ 429.999,63 (quatrocentos e vinte e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e sessenta e três centavos) em moeda corrente nacional; e **(b)** restituição à sócia VERÔNICA DANTAS do valor de R$ 0,37 (trinta e sete centavos) em moeda corrente nacional; e **(iii)** firmar a competente alteração do Contrato Social da Sociedade, com a finalidade de refletir as deliberações acima tomadas.

Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 2023.
Alcobaça Consultoria e Participações S.A.
Norberto Aguiar Tomaz; Luiza C. de Macedo Wehling Gasparian e Verônica Valente Dantas

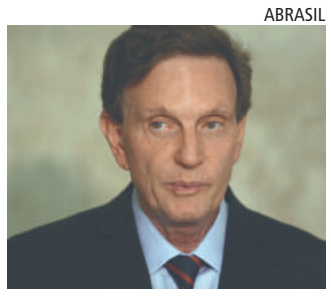
Mell Moda Infantil LTDA
CNPJ n. 12.639.817/0001-93
Edital de Convocação para Assembleia Geral dos Sócios

Na qualidade de administrador da sociedade empresária limitada **MELL MODA INFANTIL LTDA**, CNPJ n. 12.639.817/0001-93, convoco todos os seus respectivos sócios para a Assembleia Geral Extraordinária, a ocorrer no dia **2 de dezembro de 2022, às 10:00**, no seguinte local: Rua Luiz Barbosa 00029 - Lojas A e B - Vila Isabel - Rio de Janeiro - RJ e CEP. 20.560-010; A assembleia versará sobre os seguintes pontos: Extinção da empresa - Em obediência ao Art. 1.074 do Código Civil (Lei Federal n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002), a Assembleia Geral instala-se, em primeira chamada, com 3/4 (três quartos) do capital social e, em segunda, com qualquer número. Os Sócios que não puderem comparecer na data e no horário marcados poderão se fazer representar por procuradores devidamente constituídos através de outorga de mandato, com especificação precisa dos poderes e dos atos autorizados. Este instrumento deverá ser levado a registro juntamente com a ata da respectiva Assembleia Geral. Contando com a presença e a participação de V. Sas., subscrevo-me, Rio de Janeiro, 28 de novembro de 2022.

CAIXA 2

Justiça Eleitoral torna Crivella réu por corrupção

ABRASIL



CRISTINA INDIO DO BRASIL/ABRASIL

A Justiça Eleitoral aceitou denúncia do Ministério Público Eleitoral (MPE) no Rio de Janeiro e tornou réu o ex-prefeito do Rio e atual deputado federal (Republicanos) Marcelo Crivella (**foto**) pela acusação de falsidade ideológica eleitoral, conhecida como prática de caixa 2, além de crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

A decisão se estende a 25 pessoas envolvidas no caso - chamado de QG da Propina - porque, segundo investigação, as negociações de cobranças financeiras, em troca de serviços na prefeitura do Rio, eram feitas dentro de instalações municipais.

Na decisão, o juiz Marcel Laguna Duque Estrada, da 16ª Zona Eleitoral do Rio, determinou o prazo de 10 dias para os réus responderam à acusação, por escrito, por meio de advogado ou defensor público. "Na oportunidade, poderão arguir preliminares e alegar o que interessar à sua defesa, bem como oferecer documentos, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e informando seus respectivos endereços. Na falta dos endereços e qualificações das testemunhas, o juízo entenderá que estas comparecerão à audiência independentemente de intimação judicial."

Na denúncia, os promotores indicam que Crivella teria recebido valores financeiros não contabilizados por outros denunciados. Um deles seria homem de confiança do ex-prefeito, outro o operador financeiro e ainda o marqueteiro da campanha do então candidato.

PRISÃO

No dia 22 de dezembro de 2020, a poucos dias do término de seu mandato, Crivella foi preso, apontado como chefe de organização criminosa. No mesmo dia, o então subprocurador geral de Justiça do Rio de Janeiro, Ricardo Ribeiro Martins, disse que a organização criminosa que atuava na prefeitura do Rio conseguiu arrecadar R$ 50 milhões em propinas, pagas por empresas de fachada, que apresentavam notas fiscais por meio do sistema de restos a pagar do orçamento do município.

Conforme Martins, além dos crimes de organização criminosa e lavagem de dinheiro, o esquema contava com corrupção ativa por parte de empresários e passiva, por políticos. "Ocorreu em diversas ocasiões com os pagamentos mensais", indicou, naquele momento, durante entrevista coletiva no Ministério Público no Rio de Janeiro.

A prisão foi expedida pela desembargadora Rosa Helena Penna Macedo Guita, que acatou o pedido, pelo MPRJ, de afastamento de Marcelo Crivella do cargo de prefeito.

RESPOSTA

A defesa do deputado federal contestou a decisão. "Conforme o próprio Ministério Público Eleitoral afirmou há dois anos, não há nenhuma prova contra o ex-prefeito que justifique um processo criminal. Sendo assim, a defesa acredita que o arquivamento deve ser mantido", afirmou em nota.